

SESSÕES DO PLENÁRIO

122ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de dezembro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto e Zé Raimundo. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- A Secretaria da Mesa informa a presença dos Srs. Deputados.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Ângela Sousa comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 20 e 21/09/2016.

Do Deputado Targino Machado comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 29 e 30/11/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente.(**Oradores Inscritos**)

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o nobre deputado Adolfo Viana de Castro Neto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, funcionários desta Casa, subo a esta tribuna e trago comigo a indignação de ter visto o meu nome vinculado a uma matéria do *Jornal Nacional* do sábado passado. Gostaria de esclarecer, não apenas para os colegas desta Casa Legislativa, mas também para todo povo da Bahia, não tenho a menor relação com o Sr. Cláudio Melo, nunca sentei com ele sequer para um cafezinho. É preciso, neste momento, separarmos o joio do trigo. Na matéria do *Jornal Nacional* do sábado, fizeram uma salada mista e se referiram a inúmeros parlamentares, uns relacionados à propina, outros relacionados a caixa dois, e outros relacionados à doação oficial de campanha.

Precisamos esclarecer o que é cada coisa. Neste momento, Srs. Parlamentares, trago comigo documentos que comprovam as doações que recebi tanto em 2010 quanto em 2014. Aqui está comprovado que as minhas doações foram oficiais. Portanto, Srs. Deputados, eu não poderia me omitir nesta tribuna em que, por muitas vezes, subi para desempenhar a minha função de parlamentar. Continuarei a exercer este papel de deputado estadual, fui eleito por mais de 61 mil eleitores. Neste momento, eu gostaria de dizer aos meus eleitores, aos meus amigos e à minha família que recebi, oficialmente, R\$ 50 mil na campanha de 2010, trago comigo a consciência tranquila. É bom que fique claro aqui desta tribuna: uma coisa é dinheiro de propina, outra coisa é dinheiro de caixa 2, e outra coisa é doação oficial devidamente declarada, que foi exatamente o caso do deputado estadual Adolfo Viana, como manda a legislação eleitoral.

Por fim, quero finalizar o meu pronunciamento dizendo que continuarei exercendo o meu mandato com a mesma altivez e a mesma tranquilidade de sempre, dizendo aos meus eleitores que continuaremos em defesa da Bahia e da nossa honra. Não posso, aqui, admitir que a nossa honra seja atacada. Precisamos, Srs. Deputados, separar exatamente o certo do errado. E neste momento, trago comigo os documentos que comprovam que as doações que foram feitas à minha campanha, tanto em 2010 como em 2014, estão devidamente registradas no site do TSE, que é público. Aqueles que duvidarem disso podem perfeitamente entrar no site e confirmar aquilo que afirmo agora.

Muito obrigado a todos pela atenção...

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Parabéns, deputado, pelo pronunciamento. E a nossa solidariedade, a nossa confiança na retidão do seu caráter e na lisura dessas prestações de contas.

Com a palavra o nobre deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, é também com indignação que venho a esta tribuna no dia de hoje colocar o meu posicionamento de forma clara com relação aos últimos acontecimentos que dizem respeito à delação do ex-executivo da Odebrecht. O Sr. Cláudio Melo Filho coloca em sua delação o nosso nome recebendo uma doação eleitoral registrada no Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia. Infelizmente a grande mídia, a grande imprensa procuram não diferenciar aquilo que foi doação eleitoral como determina a nossa legislação, o que ocorreu no meu caso.

A minha defesa nesse processo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu faço lendo a própria delação do Sr. Cláudio Melo, que diz o seguinte: “Leur Lomanto Júnior (BA) - foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com os recibos números...” Cita os números dos 3 recibos que foram devidamente registrados na minha prestação de contas eleitoral.

Na sua delação, ele diz ainda: (Lê) *“O agente político é meu amigo de infância, pois nossos pais eram amigos. O pagamento realizado em 2014 teve como premissa o meu reconhecimento de suas pretensões políticas maiores (atualmente é deputado estadual), pois pertence a família tradicional do Sul do Estado da Bahia, sendo filho de ex-Deputado Federal e neto do ex-Governador de Estado.*

Agrega aos fatos acima a relação pessoal, desenvolvida por nossos pais, tendo seu pai Leur Lomanto trabalhado como estagiário junto ao meu pai em uma empresa de engenharia na Bahia na década de 1970.”

Nem precisaria subir a esta tribuna para aqui esclarecer os fatos, pois são normais, estão declarados na minha prestação de contas à Justiça Eleitoral. Os 3 depósitos realizados estão aqui: um depósito de R\$ 20.000,00 da Braskem, com os recibos que coincidem com o que foi citado pelo Cláudio Melo; um depósito de R\$ 100.000,00 da Construtora Norberto Odebrecht ao PMDB, repassado para a minha conta de campanha; e mais um depósito de R\$ 130.000,00 da Braskem, totalizando R\$ 250.000,00, completa e devidamente registrados, como manda a legislação eleitoral.

Infelizmente a imprensa, de uma forma geral, tenta envolver todos os que foram citados sem diferenciar o que é doação oficial de campanha, sem diferenciar o que é caixa 2 e sem diferenciar o que é dinheiro fruto de propina. Essa é, lamentavelmente, a realidade que a classe política tem enfrentado nestes últimos anos.

E é com indignação que vejo o meu nome sendo citado em diversos veículos de imprensa do nosso Estado e da nossa capital. Continuarei aqui de cabeça erguida, até porque nunca me foi solicitado nenhum tipo de favor pela empresa Odebrecht nem nunca prestei nenhum tipo de favor à empresa Odebrecht. A doação eleitoral que me

foi feita na campanha de 2014, como registra o próprio Cláudio Melo, foi estritamente por relações pessoais de amizade que eu nutro com esse ex-executivo da Odebrecht.

Continuarei exercendo o meu mandato de cabeça erguida, de consciência tranquila e defendendo os interesses do povo do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado. Parabéns pelo pronunciamento!

Com a palavra o nobre deputado Targino Machado Pedreira Filho. V.Exa. tem até 5 minutos para proferir, como sempre, mais um belo discurso.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, das Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, naturalmente temos que separar o joio do trigo, embora saibamos que é muito mais fácil localizar o joio do que o trigo nesse mar de lama que se estabeleceu no Brasil.

Eu me solidarizo com os companheiros Adolfo Viana e Leur Lomanto na certeza de que têm envergadura pessoal e moral para não procederem de outra forma que não a que explicitaram. Solidarizo-me principalmente porque sei que na vida, como na política, sempre é muito ruim ter de explicar, notadamente quando a notícia publicizada vitimiza as pessoas, pois o estado em que se encontra a política nacional é de que basta alguém apontar o dedo para o político virar réu. Nós precisamos observar que a presunção é de inocência, e não o contrário. Isso ocorre, deputados Leur Lomanto e Adolfo Viana, porque existem precedentes diversos nos quais a culpa está instalada.

Observem que fui processado pelo ex-governador Jaques Wagner por chamá-lo de canalha. Agora que caiu a máscara do ex-governador Jaques Wagner, canalha é muito pouco. Enfim, o ex-governador Jaques Wagner recebeu propinas em dólares, em milhares, milhões de reais. E também em vultosos presentes representados por vinhos que cada garrafa custava quase R\$ 3 mil, isso há 4 anos. Recebeu relógios da Odebrecht, cada um no valor de US\$ 25 mil, e não aguentou ver no pulso do presidente do Barcelona um relógio bonito. Ele se enamorou a tal ponto do relógio, que o presidente do clube espanhol resolveu ofertá-lo ao ex-governador Jaques Wagner. E o pior é que ele não refugou! Aceitou o presente!

Por isso digo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, que existe o ladrão e o desonesto. O ladrão não nasce. Nascem oportunidades. E não quero justificar roubo, mas existem ou podem existir circunstâncias em que o roubo é até aceitável. Roubar para levar a saúde à sua cria, ao seu filho. Roubar lata de leite. O sujeito roubou, mas deixa de ser ladrão porque aquilo não está na sua genética. Foi uma circunstância.

Agora, o pior é o mau caráter que nasce e rouba desde criancinha! Na primeira escola onde soa a sirene do recreio, ele já sai correndo para tirar partido e tomar mais fresco, comer mais merenda do que o outro. Quando chega à juventude, à

adolescência, começa a frequentar os barzinhos com os companheiros e bebe a cerveja mais rápido para tirar partido. Esse é o desonesto. E desonesto é o governador Jaques Wagner que ainda vem à imprensa para dizer que recebeu o relógio, mas nunca usou. Esse nasce ladrão, nasce ladrão porque não precisa roubar e roubou.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K., deputado.

Com a palavra a deputada Luiza Costa Maia, estamos aguardando, deputada, o pronunciamento de V.Ex^a, como sempre, com muita expectativa.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que nos acompanham pela *TV Assembleia*, acho, presidente, que o nosso País vive um momento muito complicado. Do mesmo jeito que ouvi aqui, com muita atenção, a fala do deputado Leur e do deputado Adolfo, que, em vários momentos, em função do que a grande mídia dizia aqui sobre políticos ligados ao PT, subiam aqui, esbravejavam, eram apelidados de pitbulls, como se tudo que um delator falasse fosse verdade.

Hoje, vejo aqui eles se justificando, inclusive V.Ex^a que já foi vítima e o seu pai também que já foi vítima, têm que repensar determinadas falas e determinados comportamentos aqui, porque o que a gente está vivendo hoje neste País não é uma coisa de brincadeira. A política neste Brasil, a prática da política, o exercício da política hoje está desmoralizado. E há uma parte da grande mídia, principalmente, que faz questão de fazer isso, bota todo mundo por um quilo só, é farinha do mesmo saco, todos iguais. E a gente precisa pensar, deputado Adolfo, porque a perseguição que eles têm feito com Lula neste País, o que aconteceu com V.Ex^a não é nem 1/3, nem uma gota d'água.

O Sr. Targino Machado:- Comparar Adolfinho com Lula.

A Sr^a LUIZA MAIA:- E não dá para ser dessa forma.

Por favor, deputado, ouvi o discurso de V.Ex^a, horroroso, agressivo, inclusive sem nenhuma prova, porque chegar aqui desta tribuna, fazer acusação e xingar um ex-governador que teve o trabalho que teve nesta Bahia, que livrou a Bahia da ditadura dos carlistas, e V.Ex^a subir à tribuna para fazer o que fez aqui, dois pesos e duas medidas não dá. É preciso ter coerência, porque a acusação da qual está sofrendo Jaques Wagner é a mesma que ele está sofrendo. Então, não precisa mais ter provas para se acusar político, não. O delator chega lá, não gosta daquele ou então se combina como Sr. Moro o que tem que dizer, diz e fica por isso mesmo.

Então, quero aqui prestar a minha solidariedade a V.Ex^a, agora também pedir a V.Ex^a que reflita sobre certos discursos que se fazem aqui, sem nenhuma prova, acusando, principalmente os políticos e as pessoas ligadas ao PT. Acho que quem errou dentro do PT, quem fez caixa 2, propina ou o que for, está pagando. Só que dos outros partidos, do DEM, PMDB, PSDB também precisam pagar. Não pode ser acusação e punição seletiva. E o que o Sr. Moro, com aquela sua cara de nazista, tem feito neste Brasil não está correto.

Acho que a classe política ou se une e mostra que não somos o que eles estão fazendo ou vai todo mundo para o mesmo buraco, é um fracasso só, porque realmente é uma barbaridade. Inclusive, quero fazer um debate aqui sobre um artigo do ex-deputado federal, Haroldo Lima, com muita propriedade, mostrando o que é que tem por trás de toda essa confusão de quebra da economia, de quebra do nosso Brasil, o que está por trás disso.

Toda vez que a gente fala que há articulações fora do Brasil, há articulações para poder destruir a nossa economia, quebrar as nossas empresas para os grandes empreendedores estrangeiros virem para cá, como a gente já foi aqui comandado, por muitos anos, pelo FMI e pelo império norte-americano, ficam dizendo que sou doida, que sou maluca, que quero tirar a culpa do PT. E não é dessa forma.

Então, quero aqui deixar registrado o meu repúdio à fala do deputado Targino, porque não é dessa forma, o ex-governador Jaques Wagner tem uma história de luta e de resistência, inclusive, desde a época da ditadura. Então, não cabe e não comporta, sem nenhuma prova, um deputado vir a esta tribuna para fazer as acusações e xingar alguém. Em meu mandato anterior e durante o ano passado, eu vi a Oposição, aqui desta tribuna, atacar e xingar o ex-governador Wagner.

Devo dizer que Wagner ganhou, durante as duas eleições, no primeiro turno para governador; reelegeu o seu candidato, o atual governador Rui Costa, também, em primeiro turno. Então, Wagner é uma pessoa prestigiada pela nossa sociedade e pela Bahia e possui uma história que não nos envergonha. Aliás, muito pelo contrário. A Bahia tinha um dono. E foi a partir do governador Jaques Wagner que começamos a mudar essa realidade, principalmente no interior.

Então, queria fazer um apelo a esta Casa para que a gente reflita e que a gente discuta, a fim de se fazer o debate de ideias e de opiniões mas sem agressões e sem xingamentos, pois não há provas das acusações, uma vez que as mesmas são sem fundamento! O debate não pode ser desta forma. Acho que não é por aí que devemos seguir. E se assim for, esta forma agressiva de discussão não dará certo e tudo sairá pelo contrário.

Ou os políticos se unem ou a justiça...

Nós já estamos enfrentando uma ditadura jurídica, pois juízes e mídia são as entidades que mandam, derrubam, fazem e acontecem.

E nós estamos vendo os horrores que têm acontecido com o governo do golpista Temer.

Então as coisas, em nosso País, não estão fáceis.

Nós precisamos nos unir para chegar a um denominador comum, a fim de fazer o enfrentamento deste momento.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Robson Rodrigues da Silva, o Robinho, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBINHO:- Meu boa-tarde a todos.

Presidente, nasci no tempo em que ser político significava ser nobre. Quando criança, lembro-me muito bem, pois andava muito com o meu pai que nunca obteve mandato, mas, sempre, acompanhou o líder político.

Lembro-me, também, de que, aos meus 10 anos de idade, quando um político ia à minha pequena cidade de Nanuque, em Minas Gerais, o meu pai pegava a melhor roupa e mandava lavar o carro para ir ver o político, ou seja, um deputado que ia à minha cidade. Eu me lembro de que a gente ia à casa do líder local, no caso, à casa do prefeito e o deputado sentava, ali, na cadeira, a fim de receber as pessoas. E as lideranças iam cumprimentar o político como uma pessoa de muito respeito, uma pessoa nobre.

Eu cresci. Tive as oportunidades na vida. E, em minha família, não havia político, sequer um vereador ou líder estudantil. E eu, graças a Deus, já estou em meu terceiro mandato. Foram dois mandatos de prefeito e um mandato de deputado estadual.

Tenho estado muito triste. Eu digo muito triste, porque, para mim, a política é uma coisa que gosto. Faço política com muita satisfação. Faço política por gostar de conviver com as pessoas e por poder servir às pessoas. Faço política para poder cuidar das pessoas.

Vejam, estou repensando a minha vida política, porque, durante os últimos dias, já como deputado, estive na cidade de Coaraci. Fui lá visitar uns amigos, porque, lá, não obtive votos. Chamaram-me para ir a um campo de futebol.

Quando cheguei ao campo de futebol, ouvi algumas pessoas falarem o seguinte: “O deputado está aí e tal.” Deputado Bira, um garoto encostou em mim e, de dedo em riste, enfiou-o em minha barriga e disse: “Deputado, me dá dinheiro!” E eu afastei o garoto e falei: “Calma, menino!” Ele encostou em mim novamente, enfiou o dedo em minha barriga e continuou a dizer: “Deputado, me dá dinheiro!” Na quarta vez, eu falei assim: “Meu filho, você não tem pai, não? Eu vou lhe dar um tapa.” E, aí, o menino se afastou de mim. Bem, na hora em que entrei no carro, ele foi me acompanhando. Quando o carro saiu, o menino gritou: “Vai, ladrão!” (Risos)

Então, hoje, é assim que nós, políticos, estamos sendo identificados! Uma criança de 10 anos disse isso. Estou me comparando à minha idade de 10 anos, pois, à época, eu enxergava o político com uma pessoa das mais nobres e das mais importantes.

Hoje, a política é uma vergonha!

E o que vejo aqui? Nós, políticos, estamos a querer engolir um ao outro para obter espaço. Em realidade, não vai sobrar espaço para nenhum de nós.

Esta semana estava no Pará. Tenho negócios no Pará desde os meus 23 anos de idade, pois o meu pai me deixou uma propriedade. Vou lá a cada dois meses. Percebam como a população, também, é bem desinformada.

Estava em um cartório. Um cidadão amigo meu de muito tempo chegou para mim e disse: “Deputado, eu estava de olho na televisão para ver como seria o seu voto

com relação às 10 medidas e com relação a vocês que votaram contra os juízes e contra os promotores.” E eu lhe respondi: “Não. Eu sou deputado estadual. Em relação à aprovação ou não desse determinado projeto, foram os deputados federais em Brasília quem votou.”

Aí, eu expus a minha opinião. Eu acho que o projeto de lei que tira o abuso de poder serve para qualquer um. Vejam, bandido é bandido. E ele pode ser político ou pastor ou padre. Bandido é bandido. Ladrão é ladrão. Tais significados servem para qualquer segmento da sociedade. Mas se eu estivesse lá, eu votaria sim para penalizar qualquer autoridade que se utilize do abuso de poder.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROBINHO:- E sabem o que o cara falou comigo? Ele retrucou da seguinte maneira: “Vou sair de perto de você, porque sou seu amigo de muito tempo e vocês, políticos, são todos ladrões.”

Então, gente, a sociedade está a nos enxergar desta forma.

Existe, sim, bandido na igreja. Existem, sim, bandidos em todos os demais segmentos da sociedade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROBINHO:- Então, gente, é muito triste o momento em que vivemos. E seria muito importante que a penalização das pessoas, através da mídia, fosse baseada na lei. Assim se manifestaram os deputados Adolfo e Leur. Vejam, uma doação de campanha é doação de campanha. Tudo bem. Mas a propina tem de ser condenada. Contudo, doação de campanha é legal. O cara não pode ser condenado por uma coisa legal.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os que nos assistem pela *TV Assembleia*, os presentes nas Galerias, subo a esta tribuna para, ainda, com muita perplexidade, colocar a minha indignação com relação ao que estamos passando, vivenciando e testemunhando em nosso País.

No futuro, certamente, a história marcará o momento de entreguismo de boa parte da classe política da nossa história contemporânea. Amanhã, será a votação, em segundo turno, da PEC do fim do mundo. Trata-se da PEC da ousadia extrema. Trata-se da PEC do crime de lesa-pátria. O resultado desta PEC inviabilizará a permanência do Estado de bem-estar social dos primeiros degraus alcançados na direção de diminuir as desigualdades seculares entre nós.

Esta PEC inviabiliza o ato de governar e a mesma foi parida em um governo frágil, sem liderança e sem legitimidade, onde os principais líderes ladeiam um

presidente fraco, frágil e comparado a uma pinguela. Esta PEC inviabiliza o ato de governar.

Ninguém jamais ousou tal retrocesso e tal façanha singular em todo o mundo!

Pois bem, o gasto social é, atualmente, visto como ganância. Tal justificativa é, extremamente, pobre, porque, nos últimos 15 anos, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até o final do governo da Dilma Rousseff, a curva do gasto público esteve em pleno equilíbrio com relação à receita. Havia uma paridade jamais vista nos últimos anos da nossa República. Portanto, é uma falácia esse argumento de que esse era o governo da ganância. Na realidade, não se discutiu o que era prioridade no ato de discussão para justificar a PEC do fim do mundo. Era a queda da arrecadação, portanto a queda da atividade, do dinamismo da economia brasileira e também a parcela principal dos encargos, dos serviços da dívida pública interna e externa. Juros terríveis que corroem 45% do que se arrecada em território nacional.

Essa PEC inviabiliza um governo sem liderança inclusive. E, a cada instante de prenomeação dos seus principais auxiliares, o governo retorna, duvida, não sabe o que faz, não tem rumo. E essa PEC tem o condão exclusivo de implantar um programa de governo neoliberal que foi derrotado nas urnas nas últimas eleições gerais. É isso que a história vai contar. E eu fico desta tribuna preocupado quando observo que são muito poucos os parlamentares que tratam dessa matéria, indo no cerne dessa questão, para que esta Casa não passe ao largo de uma discussão tão importante. Essa matéria que será votada em 2º turno inviabiliza de fato a governança deste País. Põe por terra todas as conquistas editadas no texto da Constituição cidadã de 1988. É o mais profundo clichê do retrocesso da nossa jovem democracia.

Portanto merece total e profundo repúdio da classe política...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- (...) Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório por 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a Bíblia diz “Ó quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.

Eu estava atentamente ouvindo os pronunciamentos deste Plenário e assistia ao deputado Adolfo Viana aqui, de forma transparente, pronunciar-se, tentando explicar a esta Casa, pelo menos, a sua participação no problema do Caixa 2. Quando eu paro para analisar essa questão do Caixa 2 deste País, País das nulidades, País das molequeiras desde o tempo de Cabral que não se conseguiu prender, porque se for apurar o passado deste Brasil, o Cabral atual é o primeiro Cabral no xadrez. Esta Nação foi feita para que todo cidadão se transforme em ladrão entrando na política ou fique parecido. Há aqueles que resistem.

E a gente conhece bem a história do Adolfo Viana neste Parlamento, é um jovem. E o próprio pai dele passou por esta Casa, um homem sério, probo, um homem de respeito, foi deputado, presidiu esta Casa. E olhem que eu estou falando de pessoas, inclusive, que são da Oposição, mas não posso ficar silencioso, porque faço parte da classe política, é claro que sou de uma classe bem mais carente, mas, mesmo assim, tenho de deixar público e notório que ruim com os políticos, nesta Nação, e pior sem eles. Muito embora acho que a sociedade tem de trabalhar, de eleição em eleição, para ir analisando e refletindo sobre o seu voto e o motivo do seu voto, porque o eleitor que vota depois que se vendeu, depois que extorquiu, que tomou do político, ele deveria ter perguntado de onde está vindo.

O sistema foi totalmente preparado para isso e não é só na política, é em tudo quanto é canto. Foi falado nesse instante: é na igreja, é na Igreja Evangélica, é na Igreja Católica, é nas Forças Armadas, é no Judiciário, é no Ministério Público. Diga aí onde é! Em todas as religiões, em todos os cantos. É na política do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, de tudo.

O País está precisando ser passado a limpo, essa é a conclusão. O sistema político desta Nação é um vampiro, ninguém anda nas ruas. Nesse instante, eu subia ali, também encostaram em mim pessoas que a gente percebe que estão trabalhando, eu preciso de R\$100 de combustível, eu preciso de R\$ 200 disso, eu preciso daquilo, eu preciso... Então são essas coisas que conduzem a política e alguns ficam caindo na casca de banana, porque se olhar a quantidade de dinheiro desviado pela corrupção: são R\$ 200 milhões, são R\$ 150 milhões, o juiz Lalau foram R\$ 200 e nem sei quantos milhões, aí um companheiro R\$ 50 mil, dentro de sua prestação de contas, tem seu nome exposto, ele e tantos outros que estão por aí.

Eu findo, então, quando vejo que tanta gente recebeu dinheiro para campanha e que não vejo meu nome na lista, fico me sentindo, inclusive, discriminado, começo a pegar ar, porque vem o nome de todo mundo e não é coisa ruim não, recebeu dinheiro para a campanha. Eu me lascando, batendo perna uma na outra, no sol quente, com a Bíblia na mão e depois a gente toma conhecimento que teve um dinheirosinho para a campanha e que não se faz campanha sem dinheiro, não tem jeito.

Então, eu fico nervoso que para ganhar a eleição, ou tem um dinheirosinho que um empresário ajuda ou vai bater a perna e fica doido, não tem jeito. Aí me sinto discriminado. Eu fui praticamente excluído, porque enquanto todo mundo teve ajuda para a campanha, esses desgraçados desses empresários não me procuraram, me deixaram de fora e denuncio aqui, praticamente, uma exclusão, eu fui discriminado, porque esta Casa resiste.

Deus me ajudou muito, porque numa hora de eleição chegar R\$ 50 mil... Pelo amor de Deus! Eu não estou, porque o desgraçado não bateu em minha porta, porque, senão, a minha necessidade e o meu público carente de drogados, de pessoas necessitadas...

Agora mesmo, estou desde julho sem receber um tostão. A Fundação Dr. Jesus desde julho que não recebe o repasse: julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, e está lá funcionando. Qualquer um de vocês pode ir lá. Hoje internei 19

homens e 6 mulheres, tem 1.182 pessoas. Desde julho, Srs. Deputados, que a Fundação Dr. Jesus não recebe ajuda do alimento e, às vezes, tem pessoas até, aqui, que tentam me perseguir. E o que é isso que está acontecendo? Perseguição.

O governador Rui Costa não deve estar sabendo disso. Eu acredito, que o governador Rui não está sabendo que a Fundação Dr Jesus está esperando a parcela de alimentos desde julho até agora, dezembro. Espero que as pessoas aqui que conhecem o governador possam me ajudar e quem não conhece esses homens de cima, orem, falem com Deus...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Para concluir, Sr. Presidente, V.Ex^a que é tão importante, é o número 2 na linha, é dos que conhecem aquela obra e podia pedir que seja feita justiça ao trabalho que a Fundação faz. Eu ainda sou chacoteado por alguns aqui. Isso por não saberem o que é ter um drogado na família.

Deus abençoe!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bira Corôa, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Srs. da imprensa, servidores, servidoras desta Casa, visitantes, faço uso deste momento, primeiro, para chamar a atenção para a conjuntura que estamos vivendo no nosso Brasil.

Nobre deputado Joseildo Ramos, perdeu-se de uma forma direta as instâncias e atribuições dos poderes constituídos. Hoje, os poderes constituídos do Legislativo e do Executivo estão vivenciando uma ingerência muito forte do Poder Judiciário e de um quarto poder que se constitui de forma midiática, que, sem dúvida nenhuma, é a própria mídia. A consequência que estamos vivendo foi explícita no episódio do Congresso Nacional, no Senado. Testemunhamos o papel de um presidente que enfrentou o Judiciário para garantir a autonomia e o respeito ao Legislativo.

Hoje, estamos vivenciando uma situação para a qual aproveito para chamar a atenção dos nossos pares. Primeiro que não dá para sermos correia de transmissão de interesses da mídia e daqueles que querem implodir a democracia no nosso País e estabelecer, acima de tudo, uma ditadura a partir de um golpe imposto, sem dúvida nenhuma, agora, pelo Judiciário.

É bom chamar a atenção, porque uma delação requer alguém que está coagido, que na condição de obter vantagens, ataca, apresenta. Isto cabe fazer investigações, levantar e abrir o direito de defesa. O que estamos vivendo é o contrário, o que vaza das possíveis delações é o que se torna elemento real posto à sociedade de forma inconsequente e irresponsável por parte da mídia. Muitos de nós passamos a assumir esse papel de fazer um enfrentamento numa visão mesquinha, muito localizada – para não dizer territorial – do enfrentamento, muitos vezes, do partido e do cotidiano sem

perceber que quem está envolvido nesse processo é o Poder Legislativo constituído e o Poder Executivo. E, também, somos responsáveis por essa questão.

Chamo a atenção, porque não quero fazer a defesa de a, b ou c, mas dizer que está sendo conduzido para todos nós, que representamos a classe política neste País, é estarmos numa vala comum no seio da sociedade, sem nenhum respeito, sem nenhum crédito. Não podemos permitir isso. Muito menos, acharmos que atacando um ou outro resolveremos.

Lógico que não aceito o que foi colocado, aqui, em relação ao ex-governador Jaques Wagner, porque vivenciei no meu município, Rosenberg, uma prisão indevida do companheiro Luiz Carlos Caetano. Nesta Casa, tive o cuidado de abrir o debate e a discussão, inclusive, com os pares da Oposição como da nossa Base. Hoje, comprovadamente, a própria ação desfaz alegando que Caetano não tinha nenhuma responsabilidade ou tinha cometido sequer qualquer crime ou delito, mas a prisão foi efetuada, a exposição pública foi executada. Consequentemente, neste último final de semana, vivenciamos o envolvimento de diversos parlamentares do Brasil e da Bahia. Não me permito estar aqui a atacar. Acho que tem de ser apurado, acho que se for comprovada a irregularidade...

Sr. Presidente, não poderia deixar de dizer que o caixa 2, que estamos discutindo, a responsabilidade é deles, que não se permitiram realizar a reforma política. Nós fomos às ruas, e as ruas do Brasil têm colocado a reforma política porque a imposição e a indução para a utilização de recursos externos na campanha, é impulsionada exatamente pelo modelo que aí está gestado da política e, especialmente, das campanhas eleitorais.

Não tenho dúvida alguma...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) de que a justificativa apresentada pelo ex-governador Jaques Wagner, mantém ainda a sua idoneidade e o seu compromisso com a Bahia e com a democracia, diferente do que a gente pode testemunhar.

E aí eu quero dizer que o que foi aqui colocado deve ser repensado, porque não estamos, apenas, jogando pedra em alguém que errou, estamos nos colocando na condição de uma grande vidraça sem defesa e sem o olhar dessa sociedade, sem direito constitucional...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) de sequer apresentarmos as nossas defesas.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu vou propor um acordo tendo em vista que a seguir é o Grande Expediente e sei que vão derrubá-lo, que falem 3 deputados de um grupo e 3 do outro para que nós possamos tocar a sessão.

O Sr. Targino Machado:- Posso falar novamente, excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode, pode. Três de um lado e três do outro, porque vai ter o Grande Expediente e sei que vão derrubá-lo antes, então falam 3 de um lado e 3 do outro.

O Sr. Targino Machado:- Eu posso voltar a falar, excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode, pode. Por acordo tudo aqui pode.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputadas e deputados, os que nos assistem da galeria e pela *TV Assembleia*, também gostaria de emitir algumas considerações sobre esse momento e sobre essa conjuntura.

Tive a oportunidade, nesta tribuna, de levantar algumas preocupações em outros momentos sobre a questão política, sobre a questão do funcionamento dos partidos, em especial, sobre o denunciismo, a imagem que foi construída pela mídia brasileira em relação ao mundo da política.

Também tive a oportunidade, aqui, de fazer referência a alguns momentos da história do Brasil, como o final do período colonial, passando pela independência, as crises que vieram após o 7 de setembro de 1822, com revoluções, com separatismos. Ainda no primeiro império, muitas províncias quiseram se separar do Brasil, e foram momentos de instabilidade política. Esse cenário se repetiu no final do império, durante a primeira República e no seu final.

Então crise política e econômica, infelizmente, é uma constante na história deste País, de outros países da América Latina e por que não dizer do mundo inteiro. Estamos vivendo agora um momento extremamente sensível para a vida pública porque temos um novo sujeito, temos um novo aditivo que é a mídia, que é a televisão.

É claro que a estrutura político-partidária, que esse modelo eleitoral, esse modelo de organização política, enfim, as instituições políticas são também responsáveis por essa crise que ora pipoca aqui, pipoca ali e que envolve. E eu disse aqui anteriormente com “a delação do fim do mundo” que não ficaria pedra sobre pedra em Brasília e dentro das estruturas partidárias.

Então, o que se coloca neste momento ao lado da vida política partidária é também um ativismo exagerado do Poder Judiciário, do Ministério Público, e, infelizmente, um ativismo da mídia que merece receber o registro de partido político. Porque a *Rede Globo* não é mais uma emissora de televisão, não é mais um grupo de comunicação, é, na verdade, um centro político de conspiração, de condenação, de julgamento de todos os atores sociais nesse momento no Brasil.

A agenda que se coloca é uma grande reforma política e partidária que, talvez, se nós conseguirmos minimamente um consenso, deverá sinalizar para uma constituinte em 2018, se não for de bom tamanho a antecipação do processo eleitoral, quem sabe, no final de 2017, mas com uma pré-agenda. Não adianta convocar novas eleições, não adianta as eleições de 2018 serem realizadas, se não houver uma

antecipação, sem uma pré-agenda, sem pontos que, necessariamente, os eleitos tenham que discutir, como financiamento de campanhas, uma nova legislação eleitoral, um novo mecanismo de controle das instituições, inclusive do Judiciário.

Hoje e ontem, houve uma denúncia, no Rio de Janeiro, dizendo que era o próprio Tribunal de Contas que pactuava com as empresas para auferirem benefícios ilegítimos a seus membros. Por isso, essa crise que estamos vivendo tem que ter uma solução política. Somente a política pode resolver o problema estrutural deste país, seja na área econômica, seja na área eleitoral.

Finalmente, gostaria de parabenizar os 28 municípios que receberam o selo Unicef, dentre eles, queria parabenizar Brumado e Caetité. Quero abraçar de modo muito especial os municípios que ajudamos: o prefeito Guto, de Condeúba; o meu querido amigo Léo; o prefeito Vavá, de Cordeiros; o prefeito Dr. Alcides, de Encruzilhada; Tanhaçu, Vitória da Conquista e Maetinga, municípios, Sr. Presidente, que receberam o selo da Unicef e que contribuíram com o nosso mandato, o meu e o de Waldenor Pereira, destinando recursos para apoiar eventos e ações em relação às crianças e adolescentes. Ou seja, municípios vitoriosos no sertão da Bahia, dirigidos por bons prefeitos e com o apoio dos mandatos do deputado federal Waldenor Pereira e deste humilde deputado, professor Zé Raimundo, que tem ajudado muito esses municípios.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem, são quatro oradores: deputado Carlos Geilson, depois, a deputada Fabíola, deputado Targino e deputado Rosemberg. Vamos alternar.

Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras que nos assistem pelo canal *TV Assembleia*, subo a esta tribuna para lamentar a morte do colega radialista Paulino Cerqueira, da cidade de São Gonçalo dos Campos, que será sepultado daqui a pouco na cidade de Governador Mangabeira. Colega radialista, militou na rádio São Gonçalo e em algumas rádios de Feira de Santana, foi locutor anunciante do deputado Targino Machado lá, em São Gonçalo, de modo que lamento a morte desse companheiro. Peço que conste na ata dos trabalhos as nossas lamentações por esse passamento.

Mas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a classe política está satanizada, a grande mídia tem colocado o político numa geleia geral, todos estão no mesmo barco. Não é que todos cometeram atos ilícitos, não é que todos fizeram maus feitos, não se trata disso, mas a mídia, hoje, não distingue quem recebeu doação legal, quem recebeu caixa 2 e quem recebeu propina. Então, todos estão no mesmo barco. E temos que lamentar porque não se faz democracia sem políticos, não se faz democracia sem representantes eleitos de forma livre e soberana pelo povo. O político é julgado a cada quatro anos, se ele não for bem, a população vai defenestrá-lo, não vai reeleger-lo; vai

repugná-lo, vai rejeitá-lo. Além do mais o político hoje tem o Ministério Público, o Judiciário, a população e a grande mídia a fiscalizá-lo, enquanto que no outro segmento, no Judiciário, isso não ocorre. E aquela lista que foi divulgada na grande mídia, especialmente pela *Rede Globo*, não se distinguiu quem recebeu doação legal. Qual é a doação legal? Quem recebeu e declarou de acordo com a nossa legislação eleitoral. Mas quando é divulgado, todos estão passando pelo processo de desgaste porque não há uma separação. Em nenhum momento foi dito, político tal recebeu esse valor bruto e está na sua prestação de contas, doação legal; político tal recebeu, não consta na declaração junto à justiça eleitoral, recebeu em forma de caixa 2; ou um outro político recebeu em forma de propina, não. Aparecem os nomes e depois você vai ter que se explicar.

A vontade é tanta de noticiar que a *Rede Globo* publicou a foto do velho Colbert, falecido em torno de 20 anos, como se fosse o recebedor de uma doação ilegal da Odebrecht. A pressa de noticiar é tão grande que nem esse cuidado a mídia está tendo e coloca todos no mesmo patamar. De modo que o desgaste é geral. Se essa lista divulgada, que não chegou ainda a ser homologada, estivesse constando o nome de figurões do Judiciário, será que a mídia divulgaria sem ainda ela estar homologada?

Aqui faço o meu questionamento e deixo para a reflexão dos senhores e das senhoras e de vocês que nos assistem através da *TV Assembleia*. Aquele que cometeu o ato ilícito tem que pagar, tem que responder mas é necessário que façamos a separação e isso não está acontecendo. Então, quando se fala hoje da classe política não há uma distinção, o desgaste é geral, não apenas alguém vai se jactar: eu estou livre, eu não fiz nenhum ato ilícito. Não se trata disso, sabemos que muitos não fizeram, muitos, dezenas, centenas mas para a opinião pública a classe política é uma aproveitadora e passa por um desgaste geral e esse desgaste geral, obviamente, que precisamos identificar e fazer com que separemos aqueles que realmente estão no caminho certo, de retidão e aqueles que estão cometendo atos ilícitos, esses devem pagar pelos seus atos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, que nos ouvem, membros das Galerias, não poderia deixar de me associar às palavras dos deputados que me antecederam em relação ao que está sendo feito para desqualificar de maneira generalizada, sem separar o joio do trigo, toda a classe política. É apenas nos regimes totalitários ou nas ditaduras onde um Congresso, uma Assembleia, uma Câmara não funcionam normalmente para fazer as leis, para fiscalizar o Executivo, para também cumprir as leis.

O que vemos muitas vezes é uma espetacularização midiática que coloca na mesma vala pessoas que, como bem disse o deputado que nos antecedeu, muitas vezes receberam doações empresariais permitidas à luz das eleições de 2010 e 2014. Não se justifica obviamente que vazamentos antecipados coloquem nomes de pessoas sem que tenham sido previamente condenadas. Está aqui uma deputada que preza a ética e muitas vezes foi às ruas para defendê-la, que preza a transparência e está sempre colocando o mandato à disposição. Mas é verdade: sou médica, mas, hoje, estou deputada estadual, e não posso deixar, já que acredito na política como forma de transformar a vida das pessoas, que esse tsunami que vem desestabilizando o cenário nacional, judicializando a política e politizando o Judiciário, possa ter um fim que não seja interessante para o povo brasileiro e para o nosso País.

E, aqui, solidarizo-me com pessoas que respeitamos no Estado da Bahia, como o ex-governador Jaques Wagner e nossa senadora Lídice da Mata, que estão com os seus nomes colocados sem que provas contundentes existam contra eles, ou mesmo já com o esclarecimento da nossa senadora, que já apresentou as provas com a sua declaração, constando a referida doação. É muito triste!

Recentemente eu adotei a ideia, dada por um colega desta Casa, para que nós possamos, através da união de legisladores e Assembleias Legislativas, posicionar-nos a respeito. Acho que temos que sair em defesa daquilo que é defensável, da transparência, da ética na política, da importância das Casas Legislativas, e não nos acuar. Acho que devemos ter a coragem de reagir e defender mecanismos que fazem da democracia um patrimônio do nosso País e do mundo, nós que temos uma democracia tão jovem.

Nesta deputada jamais haverá uma atitude de medo de enfrentar aquilo que vivemos. A coragem deve ser suprapartidária e de união em defesa do que acreditamos.

Combate à corrupção? Sim! Impedimento de propinas que tiram o dinheiro da saúde, educação e segurança? Sim! Mas não jogar pessoas na lama de forma seletiva, ou até mesmo imprudente, já que não foram homologadas determinadas acusações. Eu me ressinto muito e quero externar isso, aqui, para V.Ex^{as}.

Uma outra coisa, deputado Joseildo, é que estou estupefata com a reforma da Previdência que está para ser votada de forma tão açodada, de forma que o deputado relator da CCJ em 2 dias dá um parecer para uma reforma que deveria ser debatida. Nem mesmo os parlamentares da Câmara conhecem detalhes da referida.

Temos inúmeras coisas a criticar, por exemplo: os 49 anos para atingir a plenitude da aposentadoria, deputado Targino, requer que uma pessoa comece a trabalhar aos 16 anos. Fato inusitado num país onde a maioria dos desempregados são jovens. Igualar mulheres na faixa etária mínima é não entender que elas, comprovadamente, trabalham até 5 horas a mais por dia.

Enfim, quero registrar aqui que é preciso que reformas profundas, que há muito tempo deveriam ter sido feitas, sejam dialogadas e debatidas com a sociedade e com os políticos.

Quero parabenizar, deputado Zé Raimundo, os prefeitos de Mulungu do Morro, Fredson; de Caetité, Zé Barreira; de Andaraí, Wilson Cardoso; e de Amargosa, Karina, por terem recebido o selo Unicef, colaborando para diminuir a mortalidade infantil em seus municípios e colocar políticas afirmativas para a inclusão de jovens e crianças. Parabéns! Todos eles são prefeitos do PSB, e muito nos honra ter políticas voltadas para a criança e para o adolescente.

Muito obrigada por sua tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Com a palavra o deputado Targino Machado, por até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, ocupantes das Galerias, os que nos assistem através da *TV Assembleia*, volto no dia de hoje a esta tribuna, deputada Fabíola Mansur, minha colega deputada, minha colega médica, revigorado, cheio de esperança de que já no dia de amanhã V.Ex^a possa agir aqui, nesta Casa, como a apologia que fez do comportamento que deveria ser dos Srs. Deputados no tocante à Previdência Social.

Concordo com o pensamento de V.Ex^a quanto ao comportamento que os deputados federais devam ter lá, mas discordo do comportamento que vejo V.Ex^a ter aqui, votando para assinar cheque em branco, votando para dar ao governo de que V.Ex^a participa o direito de assinar contrato de financiamento sem sequer essa Casa saber para onde vai esse dinheiro. Será que o crime que os deputados federais cometem lá é diferente do crime que a Bancada do Governo está cometendo aqui? Ou será que o que vale é aquela velha assertiva de que nada mais parecido com o governo do que a oposição quando chega ao governo?

Então, a gente vê que o que se fala, o que a imprensa publica, hoje, não é culpa dela. Na verdade, em qualquer local, em qualquer ambiente vão existir sempre a regra e as exceções. As exceções, com certeza, existem em qualquer lista que o Ministério Público publique.

Nesse caso da Lava Jato, tenho certeza que existem ali, no meio de qualquer relação, os inocentes. Mas a culpa é do Ministério Público? A culpa é do juiz Sérgio Moro? Não, Excelência. A culpa é nossa, políticos que não têm a compreensão que é ou a democracia ou a guerra. Infelizmente, ao longo do tempo os políticos têm trabalhado para que chegássemos a esse ambiente de desrespeito à população, de desrespeito às instituições. Os cargos que ocupamos no Poder Legislativo, que é um Poder de representação, perderam os deputados o senso e o norte da responsabilidade de que não falam por si, mas falam pelo conjunto dos eleitores que os trouxeram para a Casa Legislativa.

Na verdade, a culpa não é dos jornalistas, a culpa, Excelência, não é do Ministério Público ou da Justiça. Quero ver, Excelência, aparecer o meu nome em qualquer lista, e estou nisso há mais tempo do que V.Ex^a. Estou completando 18 anos

como deputado estadual, porque em 2006, por razões de saúde, resolvi não sair candidato.

Nunca trabalhei tanto quanto nos anos de 2007 a 2010, e resolvi voltar para cá. Mas meu nome não vai sair em nenhuma lista. E até os meus filhos já me disseram: “painho, o senhor é bobo”. Bobo porque não participo, nunca participei de qualquer esquema. E quem não participa de esquema não vai ter o nome citado. Não terei meu nome citado em lugar algum porque nunca participei de esquema algum.

Então, quero dizer aos nobres deputados Zé Raimundo, Sidelvan, Fabíola Mansur, Joseildo, Rosemberg que a inocência deve ser considerada como um direito constitucional de cada um de nós, e quem se sente ofendido tem direito ao remédio jurídico.

Antes de encerrar, quero dizer à deputada Fabíola Mansur que existe um acordo pelo qual ainda resta um deputado a falar, o deputado Rosemberg Pinto, antes que V.Ex^a solicite a verificação de quórum.

Muito obrigado, deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto por até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, servidores, imprensa, telespectadores da *TV Assembleia*, primeiro, gostaria de parabenizar os municípios de Itapetinga, Iguai, Ibicuí, Itajuípe e Coaraci pelo aniversário, de emancipação política, no dia de hoje. Infelizmente não posso estar presente junto a eles, comemorando com a população, mas quero, aqui, parabenizar a todos os munícipes dessas cidades.

Tenho acompanhado esses últimos episódios e acho que há um certo equívoco com relação a determinadas opiniões que ouvi aqui. Primeiro, é necessário criminalizar esse processo de vazamento de informações. Esse é o primeiro ponto, deputada Fabíola Mansur. Isso leva à perda da credibilidade do debate que está acontecendo no cenário nacional.

Quero dizer aos diversos deputados que há um equívoco em achar que caixa 2 são apenas os valores que estão sendo avaliados na Operação Lava-Jato. O caixa 2 é um procedimento de pagamento fora da legislação eleitoral, que custeia a campanha, e aqui, às vezes, fico preocupado com algumas colocações. Caixa 2 não é apenas o que está sendo averiguado na Operação Lava-Jato. A Operação Lava-Jato averigua uma série de questões, inclusive o caixa 2 de algumas campanhas.

Quero fazer uma defesa do ex-governador Jaques Wagner. Ouvi atentamente o deputado Targino Machado em uma das suas colocações e fiz questão de vir aqui. Primeiro, o vazamento da informação nem criminaliza o ex-governador Jaques Wagner.

Em 2014, deputado Joseildo Ramos, era permitido o financiamento de campanha por parte das empresas. E não era nenhum problema ou crime ir a um

empresário pedir que a empresa financiasse as diversas campanhas. E é isso que está na imprensa em relação ao ex-governador Jaques Wagner.

Outra coisa está dita de uma forma rasteira que não podemos permitir: um indivíduo que vai ao aniversário de outro, leva um presente, que certamente o aniversariante não pediu, e depois sai dizendo que deu um presente no valor x ou y.

Ora, meu Deus! O objetivo de uma pessoa dessas é unicamente passar informações na tentativa de se salvar pelos crimes que cometeu.

Outro equívoco que está posto é a forma da delação, deputado Joseildo Ramos. Essas delações em que o indivíduo passa 2 anos preso, e para ser solto, pressionado de determinada forma, ele diz coisas, inclusive, como essa que disse do ex-governador Jaques Wagner: que deu um presente que custou x ou y. Então, acredito que precisamos ter uma preocupação, porque o que está por trás disso é esse processo de criminalização da política, e nós não podemos permitir. Isso vale para todos! Não é algo seletivo, é algo para a pluralidade da política no Brasil.

Deputado, alguém falou aqui que o problema não está no Ministério Público, no Judiciário, e verdadeiramente não está. Mas é necessário que se tenha uma preocupação para que não possamos, a priori, condenar. Hoje, no caso do triplex de cuja propriedade acusam o ex-presidente Lula, há 6 testemunhas afirmando na Justiça que a propriedade não é do ex-presidente Lula.

Por último, para encerrar, quem vai pagar pela reputação – já disse isso aqui – daquele outro empresário da OAS que ficou preso e que perdeu a família, a sua reputação, quando o Ministério Público fez uma acusação equivocada, o juiz Sérgio Moro o condenou, a priori, e depois se verificou que ele era inocente? Ele ficou sem reputação, sem família e sem amigos! Quem paga por isso? É disso que estamos falando.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Questão de ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, antes de formular a minha questão de ordem, quero tecer alguns comentários em relação ao pronunciamento do nobre deputado Targino Machado, quando comparava a reforma da Previdência, que é uma PEC que ora tramita lá de forma açodada, com o que aqui estamos fazendo, ao delegar uma autorização de possível empréstimo – possível, porque todo o ordenamento jurídico há de ser feito para que se obtenha esse empréstimo – como se fosse um cheque em branco. Ora, são R\$ 600 milhões, que serão investidos na educação, na mobilidade. Obviamente, graças a Deus, a Bahia está entre os Estados que ainda podem recorrer a empréstimos. Sabemos que hoje em dia isso é uma raridade, porque muitos Estados estão com dificuldades outras.

Quando eu falo da reforma da Previdência, eu digo que é um assunto que é muito mais complexo, muito mais antigo, muito mais heterodoxo. Temos inúmeras opiniões, temos trabalhadores que não conhecem os detalhes dessa reforma, temos pouca discussão, e o que se discute nem os próprios deputados conhecem. Temos divergências, e eu acho que o povo brasileiro, no momento em que... Sinto-me à vontade para tratar deste assunto, porque, certamente, meu nome jamais estará em lista alguma, não só como política, mas também como cidadã.

Sou médica há 30 anos, tenho uma clínica e sempre tive minha conduta pautada pelos valores que me foram ensinados pela minha família, nos valores da cidadania. Quando eu viro política e vejo isso, fico com muita tristeza. Temos de reagir exatamente para separar o joio do trigo, a boa política da má política, os bons políticos – e tenho certeza de que o deputado que me antecedeu é um deles – dos maus políticos. Os maus políticos devem ser, sim, julgados e condenados, se culpados forem, e os bons políticos devem continuar defendendo a democracia, a Constituição, o povo brasileiro e aqueles eleitores que nos colocaram aqui e nas demais Casas Legislativas.

Essa é a política em que eu acredito. Por isso estou política neste momento, porque médica sou, como o nobre colega. Jamais aqui culpamos o Ministério Público ou a mídia quando fazem o seu trabalho. O Ministério Público, aliás, já é diversas vezes elogiado por mim, grande parceiro nas bandeiras que eu defendo. O que digo é que não podemos prejudicar, condenando pessoas. E a mídia pode fazer isso quando há vazamentos sem provas, vejam que o próprio deputado Carlos Geilson falou da foto do pai do nobre colega Colbert Martins – por quem tenho um respeito enorme – como sendo ele o recebedor, em tese, de caixa 2.

Acho que a gente tem que ter cuidado. A reação que a gente pede, deputado Joseildo, é a reação dos bons políticos que, de forma suprapartidária, têm a coragem de ainda dizer: “É, sim, a política e o debate nas casas legislativas que vai fazer o Brasil progredir”. A reforma da Previdência, feita da forma que está, não servirá aos trabalhadores brasileiros, não servirá às pessoas com deficiência. Certamente não vamos, aqui, tentar resolver os problemas de gênero: as mulheres são tratadas de forma tão desigual e já recebem, em sua grande parte, 76% a mais que os homens, e de repente serão igualadas sem que ocorra um debate a respeito disso. Não vamos tratar aqui que 49 anos serão necessários para que um trabalhador atinja 100% da integralidade da sua aposentadoria, já que, com o mínimo de 25 anos de contribuição e o mínimo de 65 anos, ele só poderá receber 76%. Então, para atingir 1% ao ano, seriam mais 24 anos, o que significa que realmente nós teremos pessoas praticamente não passíveis de receber a integralidade da aposentadoria em um país de pessoas que, na grande minoria, recebem salário-mínimo.

Mas a minha questão de ordem é para pedir a V.Ex^a uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Pela ordem, o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, já que fui citado e talvez tenha sido mal interpretado pela deputada Fabíola Mansur, quero deixar claro, aqui, hoje, que em todas as cestas de tomate existem os bons e os maus: o bom e o mau padre; o bom e o mau médico; o bom e o mau pastor. Em todas essas categorias econômicas e profissionais, os bons são maioria. Mas, infelizmente, deputada Fabíola Mansur, essa não é a verdade na política. Na política existe um número muito pequeno de bons políticos.

A defesa desses bons políticos já está sendo feita pelo seu caminhar. O caminhar desse político, a sua história, já o defende. Apontam-se dedos de forma diferente. Por exemplo, por falar em reforma da Previdência, eu aponto o dedo para um ex-governador, um homem que reputo da maior envergadura política: Waldir Pires. Mas eu, ainda muito jovem, me apaixonei pela tese de Dr. Waldir Pires, nele votei, porque ele capitaneou a sua propaganda em cima do *marketing* muito bem produzido de que havia zerado o déficit da Previdência Social. Tempos depois, a gente viu que aquilo foi um ledão engano.

Digo isso para dizer que os vícios ocorridos, os equívocos com a Previdência Social, não são deste ou daquele governo. Isso é do tempo de Cabral, da nossa colonização, que trouxe para a raiz, para o nosso cerne, o sentimento da corrupção dos degredados que lá vieram de Portugal e trouxeram para nós esse jeitinho brasileiro de ser, que aceita tudo, que pode tudo. Aqui, a Constituição Federal de 88 é festejada como Constituição Federal Cidadã, que é um livro e que já foi alterada em tantas PECs, como essa que está vindo aí. Enquanto isso, nos Estados Unidos da América, são meia dúzia de 7 artigos, e está, lá, cumprida, respeitada desde 1787, se eu não me engano.

Então, o mal está nos nossos eleitores, que continuam votando nos políticos corruptos. Eu não tenho dúvida de que esses que estão algemados aí, se a Justiça não os tornar inelegíveis, eles voltarão heróis como voltou Paulo Salim Maluf – preso que estava, junto com o filho, algemado, mas foi candidato a deputado e teve 770 mil votos. Precisamos ter um Ministério Público com erros ou acertos, mas com boa intenção de tentar passar esse Brasil a limpo.

Não tenho coroa de sapo para aguentar pancada. Até não tenho coroa: tenho uma pele muito fina, já envelhecida pelo tempo. Mas o que não tenho é medo, porque nunca pratiquei o ilícito. De outro lado, deputado Joseildo Ramos, entendo a dificuldade de quem é acusado, no Brasil, com essa Justiça tão tibia, tão fraca...

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Para concluir, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Permita-me, V.Ex^a, para concluir.

(...) tão leniente, tão tolerante, que não permite ao acusado injustiçado ser apurado de forma instantânea e lhe passado um recibo de inocência. O que acontece, no nosso Brasil, deputada Fabíola Mansur: o acusado que é inocente torna-se refém – não é da opinião pública ou da mídia, porque a opinião pública faz o seu papel e a mídia também – de uma Justiça incompetente, de uma Justiça corrupta. Se existe corrupção, a corrupção não está à luz do sol, pois o sol é que ilumina o Legislativo.

Se existe corrupção – e existe–, não é dentro do Executivo, iluminado pelo sol também.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Para concluir, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Concluo.

Existe é na caixa-preta, no meio das tocas da Justiça. Essa, sim, que não tem autoridade, legitimidade para apontar o dedo. Lá, também, há exceções naquela cesta de tomate. Há o juiz Sérgio Moro, que é orgulho nacional.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a minha questão de ordem seria para solicitar da deputada Fabíola Mansur que retirasse o pedido da questão de ordem. Isso só aprofunda – e V.Ex^a há de concordar conosco – esta Casa que não trabalha. Eu e V.Ex^a somente sentados aqui e tantas cadeiras vazias. Isso faz crescer no povo que nos assiste a vontade de ir às ruas e gritar, e bradar, e colocar, jogar, atirar a mim, a V.Ex^a e a tantos outros deputados da maior honrabilidade desta Casa, todos nós, numa vala comum, como se todos fôssemos iguais – e não somos, graças a Deus. Eu tenho por V.Ex^a maior apreço como tenho pelo deputado Zé Raimundo; e tenho maior respeito e apreço pelo deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Agradeço, deputado.

Não havendo número suficiente, apenas 4 deputados presentes, considero encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.